

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA<sup>1</sup>**

**3 DE MAIO DE 2013**

--- Aos **três dias do mês de maio de dois mil e treze**, nesta cidade de Vila do Conde, no edifício do Auditório Municipal, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Vila do Conde, expressamente convocada para o efeito, com a seguinte Ordem de Trabalhos: **1** – Período de Antes da Ordem do Dia; **2** – Período da Ordem do Dia: **a)** Ata da sessão ordinária de vinte e seis de fevereiro de dois mil e treze; **b)** Relatório de Prestação de Contas de dois mil e doze; **c)** Reconhecimento de relevante interesse público municipal da ampliação da unidade fabril da empresa FRIGOAVE, na rua das Calçadas e na rua de Abrantes, freguesia de Touguinha; **d)** Desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno com a área de mil seiscentos e oitenta e cinco metros quadrados, sita no lugar de Santa Luzia, na freguesia de Retorta; **e)** Autorização para abertura de concurso público para contratualização do Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos do primeiro ciclo do EB e da educação pré-escolar, para o ano lectivo de dois mil e treze/dois mil e catorze e autorização para assunção de compromissos plurianuais; **f)** Empreitada «acções de valorização do litoral- Requalificação e valorização de mar – Labruge» - nova repartição plurianual de encargos e assunção de compromissos plurianuais; **g)** Plano de saneamento financeiro e contração de empréstimo financeiro de médio e longo prazo; e **h)** Informação da presidência da Câmara sobre a actividade municipal. **3** – Período de Depois da Ordem do Dia.-----

1

--- O Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Lúcio Ferreira, procedeu à chamada e verificou a existência de quórum. Abriu a sessão pelas vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos.-----

--- Encontravam-se presentes: o Presidente da Câmara Municipal, Eng<sup>o</sup> Mário de Almeida, e os Vereadores: Eng<sup>o</sup> António Caetano, Prof. Dr. Vítor Costa, Dr. José Aurélio Baptista, Enf<sup>o</sup> Carlos Figueira, Dr. Pedro Brás Marques e Eng<sup>o</sup> Pedro Mesquita.-----

--- Pediram a suspensão dos respetivos mandatos e justificaram as faltas, os deputados: Carlos Joaquim Carvalho de Barros Laranja, Paula Cristina da Silva Ribeiro e Vítor Manuel Fernandes Carvalho da Silva do PS, Miguel Delfim Maia Ferreira da Silva, Maria Emília Ramos Campos Oliveira e Joaquim Adriano Neves Carvalho do PSD. Foram substituídos pelos deputados suplentes que se encontravam presentes e tomaram posse, Jorge Manuel Pino do PS, Fernando Manuel Alves Maia da Silva do PSD, António Augusto do PSD e Ernesto António Queirós Pereira do PSD.-----

--- Faltaram os deputados: Ana Mendes Mota, Maria Adelaide Laranja e Teresa Maria Martins Evaristo Monteiro do PS.-----

<sup>1</sup> Faz parte da ata a gravação da sessão que se anexa.

# Assembleia Municipal

## Vila do Conde

--- Faltaram os Presidentes das Juntas de Freguesia da Junqueira (justificou a falta), Bagunte, Labruge, Modivas e Vairão.-----

--- Os Presidentes das Juntas de Arcos, Árvore, Macieira da Maia e Rio Mau pediram a sua substituição pelos membros das Juntas, respetivamente, Franclim Santos Ferreira da Costa, Alfredo Laurentino Almeida Coelho, Remízio António Moreira Rodrigues e Domingos Oliveira Costa, os quais tomaram posse.-----

--- Dada a ausência do primeiro secretário, foi aprovado que a Mesa fosse composta pelo Presidente, Dr. Lúcio Ferreira, pela secretária Dr.ª Ana Luísa Beirão e por João Carvalho.-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida e colocou-a à disposição dos deputados municipais.-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal abriu a sessão, pelas vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos. Informou os deputados que o documento que constava da alínea d) da convocatória enviada (Despesas com pessoal, dois mil e treze – opção gestonária) fora retirado da ordem de trabalhos pela Câmara Municipal, pelo que já não consta da sessão. A Mesa da Assembleia propôs um VOTO DE PESAR<sup>2</sup> pelo falecimento do D. Pacheco Ferreira, o qual foi aprovado por unanimidade, seguindo-se um minuto de silêncio. DE seguida abriu o PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

--- **Documento Um**, apresentado pelo PS, MOÇÃO<sup>3</sup> sobre o Mosteiro de Santa Clara.-----

--- Esta Moção foi aprovada por unanimidade.-----

--- **Documento Dois**, apresentado pelo PSD, RECOMENDAÇÃO<sup>4</sup> sobre o preço da água em Vila do Conde.-----

--- Intervieram: Manuel Amorim do PSD, Fernando Reis da CDU, Armando Herculano do BE, Afonso Ferreira do CDS, Bruno Almeida do PS e João Fonseca do PS.-----

--- Esta Recomendação foi rejeitada com onze votos a favor (PSD, CDU, BE e Presidente da Junta de Freguesia de Parada), duas abstenções (CDS) e trinta e oito votos contra do (PS e restantes Presidentes de Junta de Freguesia) .-----

--- O Período de Antes do Ordem do Dia foi encerrado, passando-se para o PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

--- a) Ata da sessão ordinária de vinte e seis de fevereiro de dois e treze.-----

--- Interveio o deputado municipal Fernando Reis da CDU.-----

--- Este ponto foi aprovado com sete abstenções (CDU, duas do CDS e quatro do PSD) e quarenta e quatro votos a favor.-----

--- b) Relatório de Prestação de Contas de dois mil e doze.-----

--- Intervieram o Presidente da Câmara, Manuel Amorim do PSD, Fernando Reis da CDU, Afonso Ferreira do CDS/PP, João Fonseca do PS e Armando Herculano do BE.-----

<sup>2</sup> Doc. 1 que se arquiva com a ata

<sup>3</sup> Doc. 2 que se arquiva com a ata.

<sup>4</sup> Doc. 3 que se arquiva com a ata.



--- Este ponto foi aprovado com trinta e quatro votos a favor e treze votos contra (nove do PSD, dois do CDS, um da CDU e um do BE).-----

--- O PSD, a CDU, o CDS e o BE entregaram documentos que se arquivam.-----

--- c) Reconhecimento de relevante interesse público municipal da ampliação da unidade fabril da empresa FRIGOAVE, na rua das Calçadas e na rua de Abrantes, freguesia de Touguinha.-----

--- Intervieram o Presidente da Câmara, Fernando Reis da CDU, Armando Herculano do BE e Afonso Ferreira do CDS/PP.-----

Este ponto foi aprovado com sete votos contra (cinco do PSD, um da CDU e um do BE), três abstenções (PSD) e trinta e oito votos a favor (PS, Presidentes de Junta de Freguesia, dois do CDS e dois do PSD).-----

--- A CDU apresentou Declaração de Voto que se arquivou.-----

--- d) Desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno com a área de mil seiscientos e oitenta e cinco metros quadrados, sita no lugar de Santa Luzia, na freguesia de Retorta.-----

--- Intervieram o Presidente da Câmara, Fernando Reis da CDU e Manuel Amorim do PSD.-----

--- Este ponto foi aprovado com nenhum voto contra e cinco abstenções (PSD) e os restantes votos a favor.-----

--- e) Autorização para abertura de concurso público para contratualização do Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos do primeiro ciclo do EB e da educação pré-escolar, para o ano lectivo de dois mil e treze/dois mil e catorze e autorização para assunção de compromissos plurianuais.-----

--- Interveio o Presidente da Câmara.-----

--- Este ponto foi aprovado apenas com uma abstenção da CDU e os demais votos foram a favor.-----

--- f) Empreitada «acções de valorização do litoral-Requalificação e valorização de mar – Labruge» - nova repartição plurianual de encargos e assunção de compromissos plurianuais.-----

--- Interveio o Presidente da Câmara.-----

--- Este ponto foi aprovado com dez abstenções (oito do PSD, CDU e BE) e todos os demais votos a favor (PS, CDS e Presidentes de Junta de Freguesia).-----

--- g) Plano de saneamento financeiro e contração de empréstimo financeiro de médio e longo prazo.-----

--- Intervieram o Presidente da Câmara Municipal, Fernando Reis da CDU, Carla Micaela Palhares do PSD, Armando Herculano do BE, Alexandre Raposo, do CDS e Bruno Almeida do PS.-----

--- Este ponto foi aprovado com onze votos contra (oito do PSD, dois do CDS e um da CDU), nenhuma abstenção, tendo dos demais votos, trinta e quatro, sido a favor<sup>5</sup>.-----

<sup>5</sup> O deputado do BE, Armando Herculano, no momento da votação não se encontrava presente na sala.

# Assembleia Municipal

## Vila do Conde

---

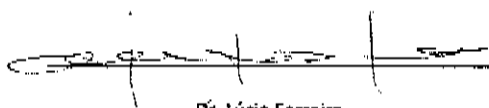
--- A CDU apresentou Declaração de Voto que arquiva. O PSD apresentou documento que se arquiva.-----

--- h) Informação da presidência da Câmara sobre a actividade municipal.-----

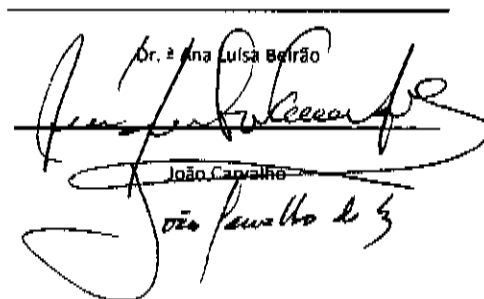
--- Intervieram Fernando Reis da CDU, Alexandre Raposo do CDS, Afonso Ferreira do CDS, Armando Herculano do BE e Manuel Amorim do PSD. O Presidente da Câmara prestou esclarecimentos.-----

--- De seguida o Presidente da Assembleia Municipal encerrou o Período da Ordem do Dia. Colocou a deliberação a MINUTA DA ATA DA SESSÃO, a qual foi aprovado por unanimidade. Abriu o PERÍODO DEPOIS DA ORDEM DO DIA. Inscreveram-se os cidadãos Álvaro Dias e Júlio Oliveira.-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal deu os trabalhos por encerrados<sup>6</sup>.-----



Dr. Lúcio Ferreira



Dr. Ana Luisa Beirão

João Carvalho

João Carvalho de S

---

<sup>6</sup> Ficam arquivados com a presente ata nove documentos entregues na sessão e duas declarações de voto..

Voto de Pesar

*Assim, a Assembleia Municipal*  
*Doc 1*

Faleceu, a 12 de março, o Dr. António Pacheco Ferreira, vilacondense e médico de todos conhecido e por todos estimado. Exerceu a medicina, ao longo de anos, com uma notável postura humanitária guiado por verdadeiros princípios e valores. Sempre preocupado com os mais desfavorecidos, a todos garantiu cuidados médicos a custo de longas jornadas de trabalho e de sacrifícios pessoais. A sua forma tão afável de a todos atender, o seu elevado profissionalismo, a sua enorme dedicação à causa da medicina, fizeram dele uma referência no nosso tempo e incontornável figura na área da saúde em Vila do Conde.

A sua intervenção na comunidade não se limitou à sua profissão. Homem verdadeiramente apaixonado pela sua terra, desde sempre se ligou a associações e instituições de cariz social e desportivo onde a sua passagem deixou indeléveis marcas. Assumiu cargos no Círculo Católico D'Operários, no MADI e foi durante anos médico do Rio Ave F.C.

Teve participação cívica durante toda a sua vida, culminando a sua vontade de a todos servir, com a eleição para a Câmara Municipal de Vila do Conde, onde durante o mandato de 2005-2009 exerceu as funções de Vice-Presidente. A sua passagem por esta Assembleia será sempre recordada com o carinho e a admiração que a sua postura conciliadora e justa a todos tocou e sensibilizou.

Assim, a Assembleia Municipal de Vila do Conde, reunida em sessão ordinária em 3 de Maio de 2013, homenageando o homem, o médico, e o autarca que foi o Dr. Pacheco Ferreira, aprova um sentido voto de pesar pelo precoce falecimento de quem ainda muito faria por Vila do Conde e pelos Vilacondenses. Delibera, ainda, manifestar total concordância ao que já foi proposto em reunião de Câmara Municipal, no sentido que lhe seja atribuída a Medalha de Mérito Municipal, e que fique o seu nome consagrado na Toponímia Municipal.

Enviar à família e publicar na imprensa local

A Mesa da Assembleia Municipal

## M O Ç Ã O

*manuscrito*  
18 de 2

Considerando que:

- o Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde é um opulento edifício, cuja construção se iniciou em 1777 e serviu a Ordem das Clarissas até 21 de maio de 1893, data da morte da última freira. De então para cá foi Casa de Correção, Reformatório e Escola Profissional. Ultimamente tinha a designação de Centro Educativo de Santa Clara de Vila do Conde;

- encerrado durante alguns anos, o Ministério da Justiça, seu proprietário, ali alojou o Tribunal de Vila do Conde enquanto decorriam obras de remodelação do Palácio da Justiça. Depois ficou pouso da miséria e de alguns marginais que ali se acoitam;

- em 24 de julho de 2000, na presença do Senhor Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, foi assinado um Protocolo entre os Ministérios da Justiça, Economia e Planeamento e a Câmara Municipal de Vila do Conde, tendo em vista a utilização futura do Mosteiro de Santa Clara como uma das Pousadas de Portugal;

- já em 30 de dezembro de 2009 e em 28 de junho de 2011, esta Assembleia Municipal aprovou unanimemente Votos de Protesto pelo *“desinteresse dos Ministérios da Justiça e da Economia que, fatalmente, levará à transformação do Mosteiro de Santa Clara num conjunto de ruínas que afetará a imagem da cidade e envergonhará quem respeita e admira o nosso património”*, documentos que foram remetidos àqueles Ministérios;

- por mais que uma vez, os Bombeiros têm sido chamados a apagar incêndios provocados pelos que ali se alojam;

- continuamente vandalizado, corre risco diário de derrocada, colocando em perigo quem vive nas redondezas;

- no passado Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, mais de um milhar de vilacondenses se associaram num cordão humano à iniciativa, proposta pela Câmara Municipal de Vila do Conde, **“UM ABRAÇO PELO MOSTEIRO DE SANTA CLARA”**, alertando o Estado Português para o avançado estado de degradação do Mosteiro, com ampla divulgação na comunicação social nacional;

- que foi feita petição promovida por jovens vilacondenses dirigida aos Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Primeiro Ministro e Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, exigindo a imediata e urgente recuperação do Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde, com ampla adesão nas redes sociais e que gerou vasto movimento entre todos os vilacondenses;

## RECOMENDAÇÃO

Doc. 3

O país inteiro recebeu a notícia de que um estudo da DECO apresenta o preço da água pago pelos vila-condenses como o mais caro de Portugal!

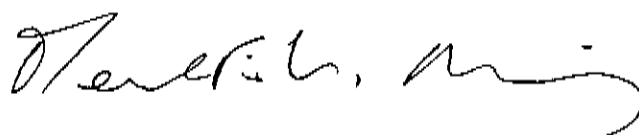
A situação tem vindo a agravar-se com os sucessivos aumentos das tarifas, tendo-se registado nos últimos dois anos um aumento de 29.5 %.

Aquando do debate feito na reunião do executivo municipal que deliberou a privatização do serviço, em 2005, o Dr. Miguel Paiva e os vereadores do PSD de então, votaram contra a proposta da Câmara Municipal, por entenderem que a concessão era uma má solução para os vila-condenses, já que os iria prejudicar gravemente no futuro.

Hoje, passados 8 anos e muitos aumentos de tarifas, verifica-se que o Partido Social Democrata tinha razão, e que o preço exorbitante cobrado aos vila-condenses por um bem essencial como é a água deverá merecer por parte da actual Câmara Municipal grande preocupação.

Assim, a Assembleia Municipal, reunida em sessão ordinária de 3 de Maio de 2013, recomenda ao executivo municipal que inicie, com urgência, contactos com a empresa concessionária a fim de perceber e reagir ao elevado preço da água em Vila do Conde.

Grupo Municipal do Partido Social Democrata de Vila do Conde





Da torneira, corre água de confiança na grande maioria do território nacional. Já nas tarifas a pagar, as assimetrias são notórias de norte a sul

Entre novembro e dezembro de 2012 recolhemos amostras de água da rede pública na sede de 42 concelhos de Portugal Continental, Açores e Madeira. Incluímos municípios com elevado número de consumidores abastecidos e locais onde os dados oficiais revelam problemas de qualidade recorrentes.

Acondicionámos as amostras em recipientes esterilizados, depois armazenados em malas térmicas. Além de parâmetros microbiológicos e físico-químicos da legislação em vigor, verificámos a possível contaminação da água com resíduos de antibióticos e de hormonas esteroides.

Pesquisámos os tarifários de abastecimento de água e de saneamento no sítio na Net das entidades gestoras dos 308 municípios. Analisámos a evolução das tarifas de 2013, publicadas em 110 municípios, até fevereiro deste ano. Comparámos os valores atuais com os de 2009 e 2011, divulgados pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos.



# A da rede



Vila do Conde, no Norte, e Golegã, na zona de Lisboa e Vale do Tejo, estão separadas pela geografia, mas também por uns extensos 187 euros.

A fatura anual a pagar pelo abastecimento de água (sem incluir saneamento e resíduos) nestes dois municípios é, no primeiro caso, de € 239,52, e, no segundo, de 52,14 euros. Os vila-condenses pagam quase cinco vezes mais pela água do que os goleganenses. Aliás, a nossa pesquisa a 110 municípios revela que a maioria aposta no aumento do tarifário de abastecimento. São João da Madeira, Trofa, Vila do Conde e Santo Tirso estão no pelotão da frente nos preços mais elevados de água. Apesar de alguns problemas pontuais, a qualidade da água está assegurada para a quase totalidade da população. Da nossa amostra, 6 municípios acusaram alguns pontos a melhorar nas análises.

## Navegação difícil e incompleta

Todos os anos, as entidades gestoras iniciam fixam novos tarifários de abastecimento, saneamento e resíduos sólidos urbanos. Na análise a 308 municípios, salta à vista que a maioria das entidades não publica o tarifário, tal como manda a lei. Em 98 entidades, os clientes não encontram informação no sítio na Net sobre as tarifas de abastecimento. Em 110, faltam as de saneamento. Noutros, falha a atualidade: em 41, os preços são anteriores a 2012 e, em 14, o ano é omitido. Em muitos casos, é difícil encontrar as tarifas

online, estando mencionados em atas ou em documentos gerais de taxas e preços, inacessíveis ao consumidor. O número de dias referente ao período do tarifário é omissivo em 69 municípios. A única menção é a aplicação ao "mês".

## Tarifários Ineficientes

A maioria das entidades gestoras adotam o método de cálculo progressivo de acordo com os níveis de consumo (progressivo por blocos), mas detetámos ainda o método progressivo integral nos novos tarifários aprovados. Exemplos: São João da Madeira, Cantanhede e Montemor-o-Novo. Aqui, a fatura da água consumida calcula-se com base no preço do escalão mais elevado. Em Mafra, o cálculo é idêntico ao tarifário integral: com apenas dois escalões, quem gaste mais de 10 m<sup>3</sup> por mês paga o restante valor ao mesmo preço. O primeiro escalão, até 10 m<sup>3</sup>, custa 85 centimos, e o segundo, a partir de 10 m<sup>3</sup>, ascende a 1,94 euros. Com base nas tarifas de 2013, Seixal e Figueira da Foz já reajustaram o tarifário de abastecimento para o progressivo por blocos.

A nossa pesquisa revela que, em 2013, a componente fixa, ou tarifa de disponibilidade, é aplicada em 104 dos 110 novos tarifários. O valor mensal oscila

entre 0,86 e 8 euros. O mais comum é a tarifa fixa, na ordem dos 5 euros. Em Portugal, incluindo os Açores e a Madeira, 6 municípios não aplicam a tarifa fixa.

## Harmonizar em 4 escalões

A maioria dos novos tarifários do nosso estudo segue a estrutura em quatro escalões recomendada pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR). Até aos 5 m<sup>3</sup>, o primeiro escalão apresenta um custo por m<sup>3</sup> que varia entre 30 centimos, em vários municípios, e € 1,18, em Vila do Conde, e € 1,44, em São João da Madeira. Como neste último o método é integral para 10 m<sup>3</sup>, paga-se € 1,44 para todos os escalões, inclusive até 5 m<sup>3</sup>. O consumo médio de 10 m<sup>3</sup> mensais obriga, aos municípios da Golegã, a pagar € 3,49 de consumo variável. Já o habitante de São João da Madeira paga 14,41 euros. No final do ano, a diferença, sem incluir IVA, chega a 131 euros. Mas, considerando a tarifa fixa e variável para o abastecimento mensal de 10 m<sup>3</sup>, detetámos, no Continente, uma diferença máxima anual de € 186,89 que corresponde aos valores da Golegã (€ 52,14) e Santo Tirso, Trofa e Vila do Conde (cerca de € 239, sem IVA). Os custos do saneamento, ou seja, do

»

### Ajude a pressionar as entidades gestoras de água da rede



» tratamento das águas residuais, constam na fatura da água. Quanto mais água consumir, mais paga de saneamento. Em 2013, nos novos tarifários, as formas de cálculo são muito diversificadas. O volume de água sujeita a cálculo do preço a aplicar no saneamento é variável. Para quem consome 120 m<sup>3</sup> de água por ano, as diferenças são de € 166,52 entre dois municípios: Torres Vedras (€ 190,52) e Estremoz (24 euros). Encontrámos 5 municípios que não aplicam a tarifa de saneamento. A diferença pode até ser superior se somarmos a taxa de conservação dos esgotos cobrada atualmente nalguns municípios. A recomendação da ERSAR, para não se exigir taxas diferentes para o mesmo serviço, é ignorada. Os municípios têm aumentado o preço da água para garantir a sustentabilidade do setor. Muitas vezes, sem justificação económico-financeira e sem atender à utilização eficiente da água. Urge criar um diploma legal que defina regras na formação de preços, para os aproximar aos custos reais do serviço e à

proteção dos consumidores de menores recursos, bem como para diminuir a disparidade tarifária. O aumento de preços deve basear-se no elevado nível de eficiência das entidades.

#### Regulamentos desatualizados

Analisámos 35 regulamentos de água de entidades gestoras: apenas em Guimarães foi possível identificar as condições gerais dos contratos de fornecimento. Nos restantes municípios faltavam condições sobre medição, faturação, condições de suspensão do serviço e resolução de conflitos. Em 26 regulamentos, faltava a menção ao ano. Em geral, não especificam os deveres da entidade gestora e os direitos dos utilizadores. Três municípios definiram prazos de caducidade para as reclamações, uma violação do direito à reparação dos danos. Arouca, Lisboa, Matosinhos, Montalegre, Sintra, Trancoso e Valpaços ainda contém, no seu site, normas no regulamento que preveem a cobrança de consumos mínimos, de caução, como garantia de pagamento e

uma contrapartida pelo “aluguer do contador”, uma clara violação dos direitos dos consumidores. Importa garantir que as mesmas não constam das condições gerais. Sem prejuízo das situações previstas na lei, em caso de interrupção do fornecimento, os consumidores nunca têm direito a indemnização pelos prejuízos. É necessário que as entidades gestoras atualizem os regulamentos de serviço e que os tornem públicos no site na Net. Defendemos um regulamento de relações comerciais que obrigue as entidades gestoras a regras comuns em vários aspetos: instalação e ligação às redes de abastecimento, medição do consumo da água, controlo metrológico, contratação, faturação e reclamações.

#### Qualidade em alta

Alfândega da Fé, Alpiarça e Vila Pouca de Aguiar continuam a revelar problemas na água, como já acontecia em 2011. Em menor grau, o mesmo acontece nalguns municípios que, nesse ano, não forneciam água totalmente segura: Castelo de Paiva,

## Preço médio (euros)

### Preço mais baixo (euros)

Montemor-o-Velho	68,40	81
São João da Pesqueira	80,64	
Anadia	79,20	90,60
Vidigueira	77,28	90
Meiçaço	63,24	72
Sernancelhe	66,60	69
Ferreira do Alentejo	62,40	
Amarante	56,40	59,40
Cinfães	48	55,80
Golegã	47,52	52,14

2011

2013

120 m<sup>3</sup> anuais sem IVA  
(abastecimento)

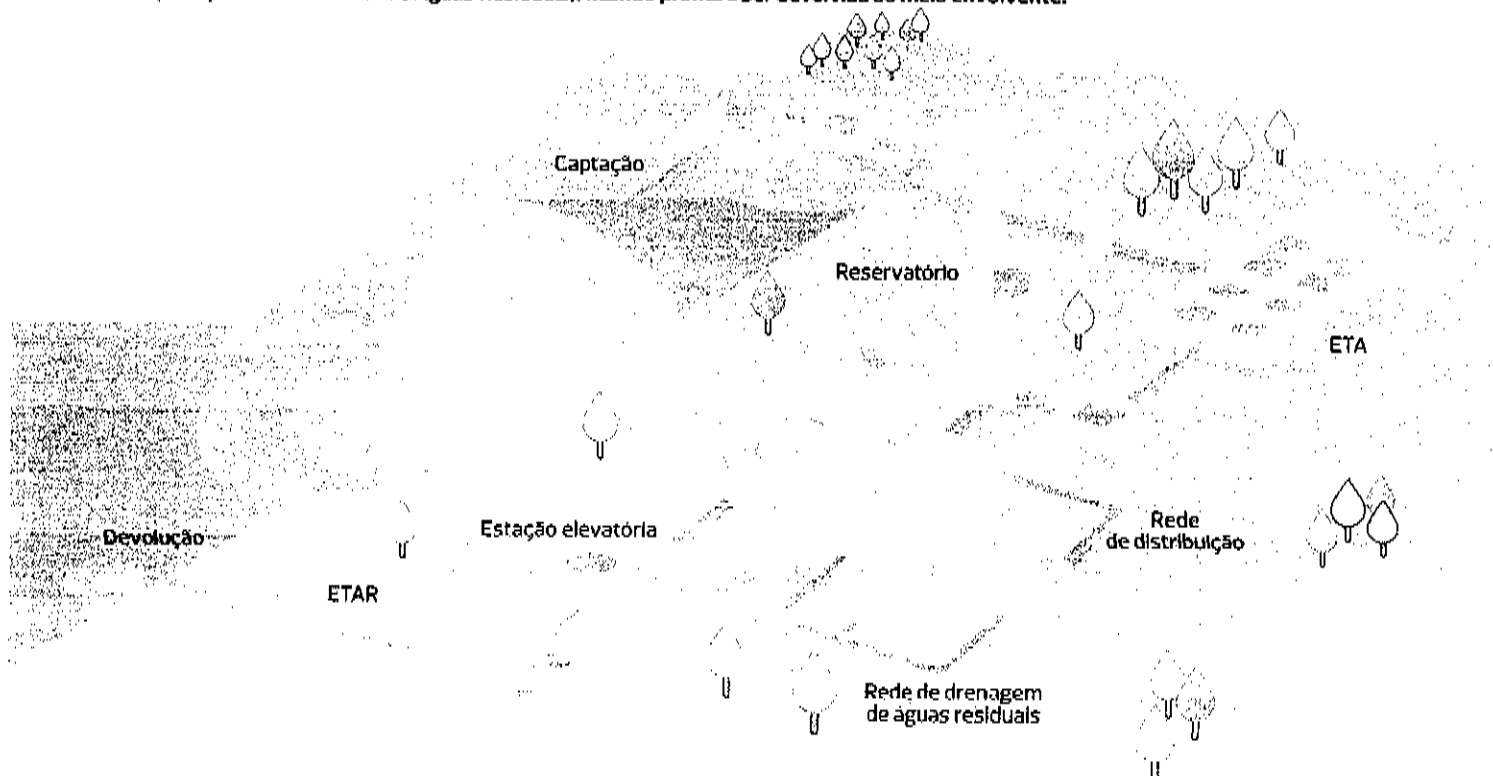
### Preço mais elevado (euros)

Figueira da Foz	179,83	195,07
Gondomar	169,99	182,91
Alenquer	129,47	184,24
Azambuja	159,04	190,53
Esposende	186,60	193,39
Carregal do Sal, Mortágua, St.ª Comba Dão, Tábua e Tondela	178,73	211,99
Santa Maria da Felra	175,20	212,42
São João da Madeira	112,80	232,96
Santo Tirso e Trofa	191,89	239,03
Vila do Conde	184,92	239,52

Cinfães e Valpaços. Os nossos resultados revelam água de boa qualidade na esmagadora maioria dos municípios. A nossa pesquisa adicional incidiu nas hormonas esteroides e vestígios de antibióticos: 41 amostras não revelaram a presença destas substâncias. Porém, a água de Valpaços continha 100 nanogramas por litro de tetraciclina, um antibiótico de largo espetro. A ingestão contínua de água com antibióticos pode levar a que os indivíduos se tornem resistentes à sua ação. Globalmente, e com base no historial de vários anos e na evolução qualitativa, a água da rede pública pode e deve ser ingerida, tornando desnecessário recorrer a água engarrafada ou a filtros de água. Muitas vezes, estes acabam por contaminar a água com microrganismos, que encontram nos elementos filtrantes o ambiente ideal para se desenvolverem. Aliás, como já revelámos em estudos anteriores, as jarras filtrantes são dispensáveis para água potável e podem degradá-la. Os nossos congéneres espanhóis analisaram o desempenho de várias marcas, entre as quais, Aqualis, Ariete, Biocera, Brita, Laica e Tefal. Na presença de metais pesados, não atuam. Podem até reduzir o teor de chumbo ou de níquel, mas deixam

»

A água da torneira passa por um longo processo. Inicia-se na captação da água e segue para uma estação de tratamento (ETA). A maioria da água não consumida é deixada para o esgoto. Inicia-se um novo ciclo de transporte até à ETAR (Estação de Tratamento de Águas Residuais), ficando pronta a ser devolvida ao meio envolvente.





»

inalterada a quantidade de arsénio ou outro contaminante. O grande problema de vários modelos é o facto de libertarem amónio, um composto com origem nos produtos para esterilizar os filtros, e que se decompõe em nitratos e nitritos, prejudiciais à saúde. Com o uso, o elemento filtrante acaba por ser uma incubadora de microrganismos, tornando a água menos segura do que antes. Em média, a água da torneira bebida por uma família custa € 2,50 por ano, cerca de € 80, filtrada, e € 590, engarrafada. A melhoria da qualidade tem sido conseguida, em parte, pela integração de pequenas zonas de abastecimento noutras de grande dimensão, o que permite soluções técnicas mais eficazes. Mas há ainda um número apreciável de entidades gestoras, em regra de pequena dimensão, e com várias zonas de abastecimento, com falhas no controlo: bactérias coliformes e enterococcus, por ineficiência da desinfecção, pH, ferro, manganês, alumínio e arsénio, devido às características naturais da água, e níquel, cuja causa atribui-se aos materiais das redes locais. Mais de 40% destes problemas deve-se à qualidade da água nas origens e 19%, a falhas no tratamento. Para conhecer a qualidade da água, contacte a entidade gestora ou o distribuidor no município. Encontra o contacto na fatura da água. Também pode aceder à página na Net das entidades ou da ERSAR (ersar.pt).

#### COMO É O QUADRO

Pesquisamos microrganismos: bactérias coliformes, E.coli e Enterococcus intestinais.

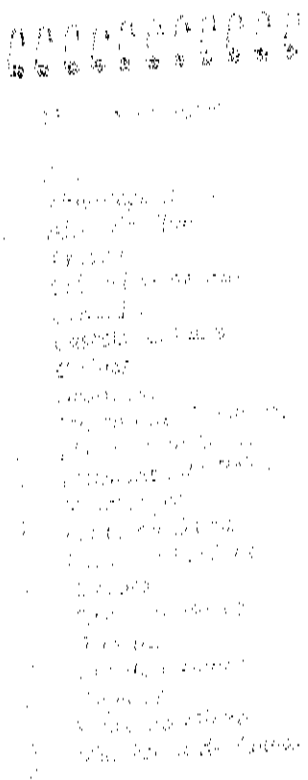
Estudámos 7 parâmetros: arsénio, alumínio, ferro, manganês, níquel, nitratos e trihalometanos. Quatro estão entre os mais perigosos nas águas de consumo humano.

Verificámos a presença de dietilstilbestrol, estról, estrona, etinilestradiol, levonorgestrel, noretindrona, progesterona, beta-

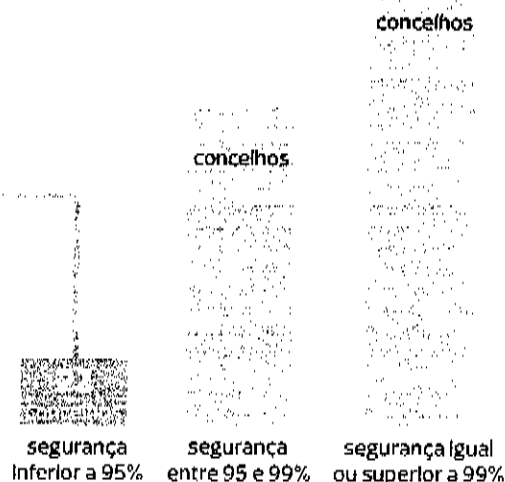
estradiol, hormonas libertadas por humanos e animais de forma natural ou por ingestão de medicamentos.

Pesquisámos os mais usados ao nível humano e veterinário: sulfatiazol, sulfametoxazol, sulfametazina, enrofloxacina, clprofloxacina, ofloxacina, oxltetraciclina, tetraciclina, doxiciclina, clorotetraciclina, penicilina G e penicilina V.

- Muito bom
- + Bom
- Médio
- Mediocre
- Mau



A água pode ser bebida em segurança em 255 concelhos do Continente, segundos dados da ERSAR, de 2011: as análises realizam-se com a frequência e os critérios de qualidade previstos na lei. Em 105, as análises deveriam ser mais frequentes ou acusarem menos problemas. A evolução é positiva: em 2004 havia 130 concelhos com água pouco segura. Hoje são 22.



### Consumidores exigem

Na maioria das torneiras dos lares portugueses corre água segura. Porém, 22 dos 277 concelhos do Continente estão aquém das metas de qualidade definidas no Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais, a cumprir até ao final deste ano. Trata-se de problemas recorrentes, pelo que a origem e solução são conhecidas. Não se justifica que as entidades gestoras destes concelhos não garantam, ainda em 2013, água de boa qualidade às populações. É urgente reforçar o Plano de Controlo da Qualidade da Água. A lei é abrangente, mas não inclui parâmetros de qualidade referenciados como preocupantes. É o caso dos chamados contaminantes emergentes, como produtos farmacêuticos e hormonas esteroides, usados na medicina humana e veterinária. A falta de um rastreio nacional invalida a caracterização da água que consumimos e a delimitação de medidas de ação ou prevenção. Os tarifários dos 110 municípios analisados, aprovados em 2013, demonstra a dispersão dos valores anuais pagos. É, por isso, necessário harmonizar as regras e métodos de cálculo em todo o País. Exigimos que os municípios que aplicavam métodos de cálculo ineficientes em 2012 reajustem o novo tarifário e promovam o uso racional da água. O preço da água tende a subir nalguns municípios, para se ajustar aos custos reais, mas é crucial garantir que os aumentos são suportados por elevada eficiência. Exigência legal a falhar em larga escala é a divulgação do tarifário de abastecimento, saneamento e de resíduos sólidos urbanos no sítio na Net da entidade gestora. Para cumprir o direito à informação, exigimos maior transparência e rigor.

Grupo dos Deputados Municipais do  
Partido Social Democrata de Vila do Conde

Ponto 6)  
O.T.  
Sac 4

R.S.D.

## **Relatório de Gestão e Contas 2012**

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restantes  
elementos da mesa

Exm.º Sr. Presidente da Câmara Municipal e ilustres  
Vereadores

Exm.ºs Srs. Deputados Municipais

Senhoras e Senhores Jornalistas

Digníssimo Público Presente

O grupo dos deputados municipais do partido social democrata deste concelho, depois de analisar o Relatório de Gestão e Contas 2012 (RGC), que nos foi disponibilizado pelo Município de Vila do Conde, considera o seguinte:

- 1. A declaração do Sr. Presidente do Município, em cada exercício económico que passa, é cada vez mais - “uma mão cheia de nada”, pois não acrescenta nenhum esclarecimento objetivo ao Relatório de Gestão e Contas.**

2. O Relatório de Gestão, tal como nos exercícios económicos anteriores, continua com erros, mas fundamentalmente com omissões, em relação a valores absolutos e relativos, de primordial importância para a sua total compreensão, do valor das **origens de fundos e correspondente aplicação**, bem como em relação a **stocks**, por parte do Município. Assim, e a título de exemplos temos:

- **Na página 13, ponto 6) está escrito – “As despesas com pessoal, ... , também decorrente da suspensão de pagamento dos subsídios de férias e de natal aos trabalhadores com remuneração inferior a 1.100,00 euros.”** Pensamos que não é inferior a 1.100,00 euros, mas sim, superior a 1.100,00 euros.

- **Sob este aspeto, podemos enumerar também a página 16, ponto 9), entre outras ...**

Mas, como isto não é o mais relevante, passamos para a página 14, pontos 2) e 3), onde está descrita a evolução positiva sistemática, de 2008 a 2012, do Ativo Bruto e do Ativo Líquido, do Município. Porém, esqueceram-se de referir que o Ativo Imobilizado Líquido, representa 92,86%, do Ativo Total Líquido, em termos relativos, logo, estamos na presença de

um elemento desproporcional onde o Ativo Circulante corresponde somente a 7,14%.

Para quem tem consciência da realidade e que se pautar por uma gestão equilibrada, rigorosa e sustentada, terá de repensar aquelas duas taxas relativas, pois assim, estamos na presença de um “grande corpo” (92,86%) e de uma “cabeça muito pequena” (7,14%).

Acreditando que as omissões não foram intencionais, vamos continuar a realçar algumas, que nos merecerão especial atenção, como:

**Em 31/12/2012, o Valor Atual do Ativo Imobilizado Líquido, tinha baixado 763.350,72€ em relação ao exercício económico de 2011. Isto quer dizer que, a depreciação sofrida pelo Ativo Imobilizado Bruto, foi superior aos investimentos realizados em novos bens do Imobilizado. Para este desempenho negativo, contribuíram as contas: - Edifícios, Outras construções e infraestruturas; Bens do património histórico, artístico e cultural; Outros bens de domínio público; Imobilizações em curso; Equipamento básico; Equipamento de transporte; Ferramentas e utensílios; Equipamento administrativo e Outras imobilizações corpóreas. Só a conta Imobilizações em Curso baixou mais de um**



**milhão e setecentos mil euros e várias outras contas baixaram cerca de um milhão de euros cada. (ver página 36 desta brochura)**

Como contra factos, não há argumentos, será caso para perguntar, se o Município deixou de acreditar no seu crescimento económico sustentado ? Sim, porque no exercício que está em análise, o “crescimento sustentado” que tem vindo ano após ano, a ser a “bandeira do Município”, não existiu e claro, para já não se falar do desenvolvimento económico que, “esta maioria”, continuou a hipotecar, ainda mais, para as gerações futuras. (ver páginas 36, 37, 38 e 39 desta brochura)

**- Na página 37, conta n.º 36 – Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo, consta no Ativo Líquido 350.454,57€;**

**- Na página 53, regista-se de Compras de mercadorias para venda o valor de 898.830,53€, e na página 41 considera-se Vendas de mercadorias o valor de zero€, logo, existe uma diferença entre as Compras e as Vendas de mercadorias, de 898.830,53€, que deveria constar no Balanço, na rubrica dos Stocks da página 37, mas, apenas consta 4.805,61€;**

**- Na página 115, está registado como transferências de capital - Materiais enviados para as Freguesias,**

**no valor de 320.629,00€, mas, nas páginas 58 e 59 (Despesas de Capital) está escrito que as aquisições de Materiais foram no valor total de 132.647,86€. Assim, não existia Materiais suficientes para a Transferência de Capital – Materiais para as Freguesias, pelo que se regista uma diferença de 187.981,14€. Então, é caso para perguntar onde estão os materiais que foram transferidos para as Freguesias? Nós pensavamos que esta diferença, estava em Stock no exercício económico anterior e como tal registada no Balanço (página 35 do RGC de 2011). Mas na verdade não há quaisquer valores de Materiais registados no Balanço de 2011;**

Nas 2 últimas situações narradas parece-nos que existem erros gravíssimos nestas contas públicas e que necessitam de ser explicados.

Das 3 últimas situações, factuais, não aparece em lado nenhum desta brochura, o Inventário destes stocks, nem sequer aparece nenhum esclarecimento sobre a sua composição neste Relatório de Gestão, nem no Relatório de Gestão de 2011. (Violação do ponto 2.8.1 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99 de 14 de Setembro)

**Relativamente à página 16, ponto 8) deste Relatório de Gestão, está escrito que – “... o prazo médio de pagamento a terceiros por dívidas comerciais exigíveis a curto prazo, é ligeiramente superior a 180 dias.” Observando os mapas de execução orçamental, ficamos com a convicção de que era muito superior. Assim, fomos determinar este rácio de funcionamento do Município e chegamos a uma média, por defeito, de cerca de 350 dias, pelo que, não podemos concordar com a vossa falta de rigor e transparência.**

3. Às contas de 2012 aplicamos os principais rácios financeiros de gestão, com o objetivo de procurar medir a capacidade do Município para fazer face às suas obrigações a curto, médio e longo prazo. Apuramos, também, os principais rácios económicos para relacionar o Resultado Líquido do Exercício, com os Fundos Próprios, o Ativo Total Líquido e as Vendas e Prestações de Serviços que lhes deram origem, tendo chegado aos valores seguintes:

**. Indicadores Financeiros**

**- Fundo de Maneio Líquido = - 19.045.663,86 €  
(demonstra uma insuficiência financeira monstruosa, a qual se arrasta há mais de 6 anos);**

- Liquidez Geral = 0,532666 (insuficiência para solver os compromissos no curto prazo);
- Liquidez Reduzida = 0,523948 (insuficiência de liquidez);
- Liquidez Imediata = 0,015931 (A aptidão imediata para o Município satisfazer os seus compromissos, no dia 31/12/2012, praticamente não existia).

### . Indicadores Económicos

- Rendibilidade dos Fundos Próprios = - 0,6151% (Esta taxa de retorno dos Fundos Próprios foi péssima);
- Rendibilidade do Ativo Total Líquido = - 0,3638% (Por cada 100€ investidos, o Resultado obtido foi negativo);
- Rendibilidade Líquida das Vendas e Prestações de Serviços = - 16,25% (Por cada 100 € de Vendas e Prestações de Serviços, o Resultado obtido foi também negativo).

Para perceberem a dimensão do “desastre económico e financeiro” a que condenaram este Município, bastará fazerem uma análise dinâmica às Demonstrações Financeiras dos últimos 6 exercícios económicos.

**Pela parte que nos toca, fizemos essa análise dinâmica de 2002 a 2012 e podemos afirmar, sem reservas, que este Município, em 31 de dezembro de 2012, estava em desequilíbrio financeiro estrutural, e em desequilíbrio económico conjuntural.**

**Para o equilibrar já não chega a adesão ao Plano de Apoio à Economia Local (PAEL). Torna-se necessário repensar os custos e perdas, do Município, no curto prazo.**

*PSD 153 - O EMPRÉSIM - 54 20.220.020,00*

**Em conclusão:** Pelos erros; pelas omissões; pelas dúvidas suscitadas; pelos desequilíbrios financeiro e económico; pela falta de rigor e pela falta de transparência, vamos votar contra este Relatório de Gestão e Contas 2012.

Muito Obrigado pela atenção dispensada.

Vila do Conde, 03 de maio de 2013

O representante do grupo dos deputados municipais do PSD

Manuel Amorim

# CDU – COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA doc 5

6) O.T.

## Relatório de Gestão e Contas 2012

Apesar da chamada de atenção, ano após ano, para que seja facultado juntamente com o Relatório de Gestão e Contas o Balanço Social respeitante ao mesmo período, quer o executivo camarário, quer a mesa da Assembleia, continuam a manter-se alheados de tão insistente solicitação, evitando inclusive pronunciar-se sobre a mesma. Não se sabendo muito bem, se por mera inércia, se pelo receio latente de facultar elementos que, até, deveriam estar disponibilizados no site do município. Uma vez mais, insiste-se no pedido de facultação do documento em causa.

Com o Relatório de Gestão e Contas de 2012 caminha-se para o encerrar não de um mandato, mas de todo um longo ciclo de sucessivas maiorias absolutas que, apesar disso ou, diria mesmo, precisamente por causa disso, se conclui com o município a confrontar-se com uma situação que roça o de risco da insolvência.

E isto, é bom que se frise, por responsabilidade e demérito unicamente exclusivos dos sucessivos executivos de maioria socialista, presididos por V. Ex<sup>ª</sup>., Senhor Presidente, Mário Almeida.

O que, numa situação de gestão esclarecida e eficaz, seria suposto apresentar-se como o culminar de um período áureo, dadas as consecutivas maiorias absolutas com que sempre puderam contar os executivos por V. Ex<sup>ª</sup>. presididos, surge antes como assunção de um estrondoso fracasso político.

E, não se pretenda, sequer, invocar a crise – não porque não seja real! – mas, antes, porque a situação com que os vila-condenses estão confrontados, resulta da ausência de um projecto de desenvolvimento global e harmonioso, respeitando as mais que reconhecidas potencialidades do concelho; tendo vindo a cavar-se desde muito antes do início da famigerada crise. Facto para o qual a CDU, ao longo de anos, não se cansou de lançar repetidos alertas. Sempre chocando, todavia, com a displicência arrogante que caracterizam as contínuas maiorias PS.

Ora, tendo usufruído, como muito poucos, de tudo, para uma saída prestigiante, o Sr. Presidente de Câmara e o seu derradeiro executivo, concluem tão longo ciclo de mandatos, legando aos vila-condenses um passivo total de 71,2 milhões de euros (pág. 14) e deixando o concelho, como se disse, próximo da falência.

E, isto, não podendo sequer alegar - como é hábito! - que tal afirmação decorre da demagogia da oposição. Pois que, é o próprio documento, aqui trazido pelo executivo a que V. Ex<sup>a</sup>. preside, a referir expressamente a situação em causa. Mormente, no n.º 8 de pág<sup>as</sup>. 16, quando aponta a necessidade urgente de se encontrarem soluções financeiras para a solvência do município. Mas, também no n.º 17, de pág<sup>as</sup>. 24, se assume o **“desequilíbrio financeiro conjuntural”**. Sucedendo, no entanto, que tal desequilíbrio é **“de facto, estrutural”**, bastando recordar que foram exactamente essas as palavras, expressas pelo Sr. Director Financeiro do Município, que serviram para que V. Ex<sup>as</sup>. fizessem passar nesta Assembleia o pedido de adesão ao PAEL.

As dívidas de curto prazo do município atingem o montante de 31,4 milhões de euros. A maior parte das quais respeitando a fornecedores (Pág<sup>as</sup>. 116). Situação que não pode deixar de ter um impacto profundamente negativo no tecido económico concelhio, já de si tão afectado pelas cegas e brutais políticas de austeridade do Governo PSD/CDS-PP.

A situação é tão grave que os juros pagos atingem já quase um milhão de euros, o que representa avultado encargo financeiro para o município (958,3 ml – pág<sup>as</sup>. 42);

Pelo que, chegados a esta situação dramática, com consequências tão negativas para a população do Concelho de Vila do Conde, cabe perguntar como foi isto possível?

Porque, foi possível!

Como foi possível? Se a Câmara se mostrou incapaz de resolver as carências básicas do Concelho, designadamente em termos de abastecimento de água e de saneamento, afectando em cada Plano de Actividades, mandato após mandato e década após década, verbas insignificantes, numa verdadeira confissão de menorização de uma questão que deveria ter considerada prioritária. Mas, como não procedeu como deveria ter procedido - E, quantas vezes a CDU alertou para tal! -, a

solução que V. Ex<sup>as</sup>. encontraram foi a privatização desses serviços, com as consequências que a população está já a sentir e que continuarão a agravar-se, por mais que V. Ex<sup>as</sup>. tentem tapar o sol com uma peneira, buscando negar o inegável. Porque, os vila-condenses sabem bem demais o quanto pagam já, em resultado da Vossa incapacidade e incompetência;

Também, como foi possível? Se hoje temos um concelho ainda mais assimétrico, onde a sala de visitas foi tratada e o demais descurado, sendo hoje o Rio Ave um elemento separador e não um factor de unidade em termos de desenvolvimento, como sempre pugnamos para que fosse, sem que V. Ex<sup>as</sup>. ouvissem, uma só vez que fosse, o que nesse sentido vos ia sendo incansavelmente repetido;

Repetimos, uma vez mais:

A Câmara está em restado de insolvência. O Concelho está à deriva por falta de um projecto de desenvolvimento Global e harmonioso com respeito pelas suas potencialidades!

Continuando a esmiuçar, para que se atente: A taxa de execução das Receitas de Capital foi neste exercício de apenas 25,7% (Pág<sup>as</sup>. 48), sendo que em Venda de Bens de Investimento, tal taxa se quedou por uns míseros 0,5%!!!

Para que se entenda, nesta rubrica estava prevista uma receita de 13,1 milhões de euros. Pois bem, o que se conseguiu cobrar foi a “fabulosa” importância de 66 mil e quinhentos euros...

Como foi possível isto?! Recorrendo ao velho – de tão gasto... – truque de empolamento das receitas, para que todas as promessas possam caber, sabendo-se de antemão que a maioria nunca passará disso mesmo, promessas!

Truque a que a Câmara se não cansa nunca de recorrer, apesar de tal processo de actuação até já lhe ter merecido a crítica de entidades oficiais, nomeadamente da IGF-Inspeção Geral de Finanças.

As Transferências para as Freguesias – lembrem-se da promessa, a cada ano que passava, de que este, sim, iria ser o ano das freguesias! -. Pois bem,



nunca foi! Relativamente ao orçamentado as Transferências Correntes quedaram-se por 63,9% (pág<sup>as</sup>. 51) e as de Capital 71,4%.

Para que se entenda bem, apesar da demagogia com que o executivo invoca tais transferências, em 2012 as transferências para as freguesias quedaram-se por pouco mais de metade (55%) das verificadas, por exemplo, no ano de 2007...

A “paixão pelas freguesias”, aliás, faz lembrar uma outra “grande paixão” da maioria PS: Exactamente, a da Educação. Autêntica fraude, que a imposição da Carta Educativa em 2006 se encarregou de evidenciar! Fábula que, no entanto, parece estar a ser de novo recriada... Como se os vila-condenses não tenham memória!

Veja-se bem: em Aquisição de Serviços (pág<sup>as</sup>. 57) os gastos montam a 20 milhões de euros. Claro, certamente, parte substancial das mesmas resultaram das várias privatizações feitas pela Câmara e que a CDU, aqui, uma vez mais não se cansa de denunciar!

É o resultado do empolamento das receitas, que referimos, que permitiu que a Aquisição de Bens de Capital – vulgo, Investimento – se fixasse em 32,5% (pág<sup>as</sup>. 58); sendo que em Habitação a taxa de execução foi de 27,7% (pág<sup>as</sup>. 58) e em Viação Rural de uns inadmissíveis 13,8%.

Em Funções Sociais – tema sempre tão presente nas preocupações expressas pelo executivo, apesar da tremenda crise com que a população se debate! – ficou-se por menos de metade do que era proposto, 44,1%.

Tantas, mas tantas, são as demonstrações de que os Planos de Actividades para a maioria PS se resumem a instrumentos de propaganda e não a instrumentos caracterizado pelo rigor, integrados numa política de desenvolvimento efectivo, que poderíamos passar aqui bastante tempo mais fazendo tal demonstração, se disso não estivéssemos impedidos!

Não admira, assim, que muitas dezenas de obras não passem sequer do papel, muitas delas transitando de mandato para mandato, com revoltante despudor (pág<sup>as</sup>. 61 e seguintes):

**Deixam-se alguns exemplos, de tais “pérolas”:**

A Piscina, na Junqueira;  
 A Piscina de Macieira;  
 O Pavilhão Desportivo e a Piscina das Caxinas;  
 A Ponte de Arcos sobre o Rio Este;  
 As pavimentações na Travª. de S. Miguel em Bagunte, bem outras  
 pavimentações idênticas em Fajozes, Gião, Labruge, Mindelo, Mosteirão,  
 Touguinhó, Vairão, Vilar e Vilar de Pinheiro

E isto, só para citar as que remontam a 2003; ignorando-se por quantos  
 mais mandatos continuarão as mesmas a servir de autêntico engodo para  
 obtenção do voto dos incautos!

Em suma, este relatório, ainda que relativo a um ano apenas, apenas serve  
 para confirmar não só o mandato actual, mas também os anteriores:

- Promessas, muitas!
- Ilusões, tantas mais!
- Realização pouquinha, pouca, muito pouca mesmo!

Deste mandato, como dos anteriores, volta a referir-se, sobra um concelho  
 brutalmente endividado, mais assimétrico, extremamente empobrecido,  
 com os serviços estratégicos entregues a privados e sem qualquer programa  
 de desenvolvimento.

Este é o legado que os Senhores deixam aos vila-condenses. Pelo qual,  
 aliás, estão já a pagar um muito severo tributo.

No entanto, como veremos mais adiante, mesmo que tal pareça impossível,  
 o pior pode mesmo, ainda assim, estar ainda por vir!

Uma última palavra para o Sr. Presidente de Câmara:

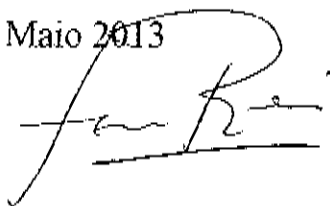
Se no final deste cumular de mandatos, alguém lhe vier dizer que vai deixar  
 saudades, ainda que o deseje muito, não acredite!

É que, recordado sê-lo-á certamente, mas sobretudo pelo muito que, tendo  
 estado ao seu alcance, deveria e poderia ter feito, sem o fazer, pela situação  
 de depauperamento e quase falência com que o Município se debate, pela

tremendíssima conta que deixa aos vila-condenses para pagar, apesar da penúria com que se debatem.

Saudades, mesmo, isso, não!

03 Maio 2013

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'F. R.', written over a horizontal line. The signature is stylized and cursive.



## Relatório de Prestação e Contas 2012

Doc. 6

Exmo. Sr. Presidente da Mesa e respetivos Membros,

Exmo. Sr. Presidente de Câmara e senhores Vereadores,

Caros deputados Municipais,

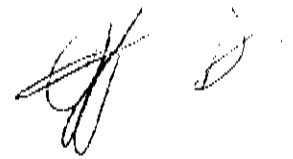
**Este ano mais do que falar de números, vamos citar os documentos que a autarquia aqui nos trouxe e analisar as consequências políticas, económicas e sociais dos mesmos. Antes disso fazemos dois pontos prévios:**

**1º Não discutimos as contas de per si e aceitamos a indicação do revisor oficial de contas nomeadamente, no seu ponto 6 e respetivo parecer.**

**2º Não descuramos nem esquecemos o contexto económico e social em que vivemos, tanto a nível nacional como local.**

**Passemos à análise dos documentos apresentados socorrendo-nos daquilo que a autarquia, o Sr. Presidente, os seus técnicos e o auditor externo afirmaram:**

**- “ o grau de execução orçamental na despesa atingiu, em 2012, os 55,37%, número bem razoável dado o contexto económico e financeiro que hoje se vive.” – Presidente Mário Almeida – francamente – fez-me lembrar aquele humorista que diz que o produto é muito “jeitoso”.**



- “Os resultados líquidos do exercício são negativos e resultam da agregação dos resultados operacionais, financeiros e extraordinários, no montante de – 1.105.878, 34 euros – (pág 23, ponto 12.6. do relatório de prestação e contas de 2012.)

- Relatório do Auditor Externo – ênfases:

“ Os empréstimos de curto prazo evidenciados no passivo total de 7.756.118,34 euros, conforme referido nos pontos 8.2.2. das notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados e 9.8 do Relatório de Gestão, incluem 2.000.000 euros, respeitantes a um empréstimo de curto prazo contraída em 2012 e já liquidado em 2013, sendo o restante no montante de 5.756.118,34 euros, referente às prestações dos empréstimos contraídos de médio e longo prazo com vencimento até 31 de Dezembro de 2013.”- ponto 9.1 da Certificação Legal de Contas.

- Saneamento Financeiro Municipal-

“Assim sendo e face à realidade, existente verifica-se que o recurso ao empréstimo financeiro PAEL, celebrado com a Direção Geral de Tesouro e Finanças, não é suficiente para solver as dívidas de curto prazo financeiro e não financeiro, com obrigações constituídas, sendo aconselhável o recurso, em complemento ao PAEL, a contração de um ou mais empréstimos financeiros de médio e longo prazo, para saneamento financeiro, até ao montante de 20.000.000 euros, com a aprovação de um Plano de Ajustamento e Saneamento Financeiro, que integrará vários financiamentos antes contraídos e aprovados pela Câmara e Assembleia Municipal.”

– Proposta alínea h da ordem de trabalhos.

**- Dívida a Fornecedores de curto prazo – 30.019.131,63 euros.  
Pág 16 Relatório e Contas.**

**- Em resumo temos – “Tal indicador indicia a necessidade urgente de encontrar soluções financeiras para a solvência do Município, sendo que o prazo médio de pagamento a terceiros por dívidas comerciais exigíveis a curto prazo, é ligeiramente superior a 180 dias.”- pág. 16 ponto 8.**

**Não querendo ir a um qualquer dicionário da língua portuguesa porque o momento é demasiado grave para brincadeiras, todos sabemos qual o significado de solvente e de insolvente e sem dúvida a autarquia por aquilo que os senhores nos apresentaram caminha a passos largos para a incapacidade de solver as suas responsabilidades.**

**Não querendo entrar mais em números, creio que qualquer observador atento da nossa realidade sabe à muito tempo que caminhamos para ai, senão vejamos – no presente mandato a autarquia lançou muito poucas obras de sua responsabilidade e tem tido os episódios lamentáveis como por exemplo a já tristemente famosa Ponte de Retorta. Já por diversas vezes aqui falamos das sucessivas promessas das esquadras da PSP e quartel da GNR de Modivas, do Complexo Desportivo das Caxinas, das piscinas pelo concelho isto para já não falar na Ponte de Arcos que há 20 anos é prometida. Bem sabemos que não há dinheiro e que a culpa é sempre dos outros, ou seja, do Governo. Mas vejamos, falemos de coisas pequenas – o estado**



**em que se encontra a fachada principal dos Paços do Concelho.  
O estado deplorável dos bairros sociais da cidade.**

**Vila do Conde tem sido, infelizmente, noticiada ultimamente  
mais por coisas negativas do que positivas. Três exemplos:  
Mosteiro; Metro; urgências hospitalares.**

**Assim, este documento é a confirmação da falência total da  
política do custe o que custar a próxima eleição é para ganhar.**

**Lamentamos que o atual executivo e sobretudo o ainda  
Presidente da Câmara – Eng. Mário Almeida, terminem deste  
modo uma longa carreira autárquica. Ainda temos a esperança  
que tenham alguma lucidez de perceber que os novos tempos  
necessitam de novas soluções e novas gentes.**

**Nem tudo foi mal feito, obviamente! Mas o preço a pagar é  
demasiado elevado pois irá condicionar o futuro da nossa terra  
e das novas gerações durante os próximos 20 anos. O voto não  
é um valor absoluto por si só, se não servir para melhorar a vida  
das pessoas e como agora estamos a ver, tudo foi sacrificado  
para a próxima eleição, saibamos todos ler a realidade e tirar a  
conclusões devidas.**

R.E.   
 Doc 7

Analisar um relatório de Contas é sempre a uma 'prova dos nove', relativamente ao orçamento respectivo.

O orçamento de 2012 foi um historicamente um dos maiores orçamentos, como consequência é também um dos que mais se afastam da realidade.

Como não podia deixar de ser esperado, em tempo de crise profunda da economia, houve uma queda da receita (14,7%).

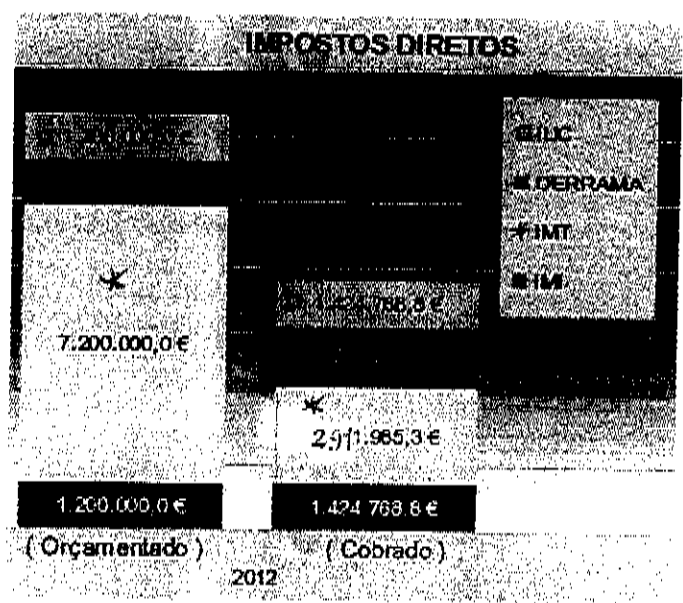
Com o orçamento irrealista apresentado pelo executivo PS, o grau de execução resultou baixíssimo: propôs-se arrecadar 82 milhões, arrecadou 46, uma execução da receita de apenas 56%; para se perceber como é baixa a execução, basta comparar com as execuções do município de Matosinhos, sempre superiores a 70%.

Uma das razões desta baixa execução, prende-se com o item das **Vendas de Bens de Investimento**, orçado em 14,2 milhões, 17% do orçamento, a taxa de execução desta rubrica foi NULA (0,5%), o que confirma a falta de rigor dos orçamentos apresentados, repetidamente impolados.

09 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO			
09.01	TERRENOS		
09.01.01	SOCIEDADES E QUASE SOC. NÃO FINANCEIRAS	3.500.000,0 €	0,0 €
09.01.10	FAMÍLIAS	3.000.000,0 €	2.701,0 €
09.02	HABITAÇÕES		
09.02.01	SOCIEDADES E QUASE SOC. NÃO FINANCEIRAS	2.000,0 €	0,0 €
09.02.10	FAMÍLIAS	3.500.000,0 €	0,0 €
09.03	EDIFÍCIOS		
09.03.01	SOCIEDADES E QUASE SOC. NÃO FINANCEIRAS	2.960.000,0 €	0,0 €
09.03.10	FAMÍLIAS	85.000,0 €	56.344,5 €
total.....		13.047.000,0 €	59.045,5 €

Não é necessário ser adivinho, para saber que em recessão profunda da economia e sem financiamento favorável, ou mesmo sem financiamento, que as metas de vendas de terrenos e habitações, neste contexto, seriam irrealizáveis.

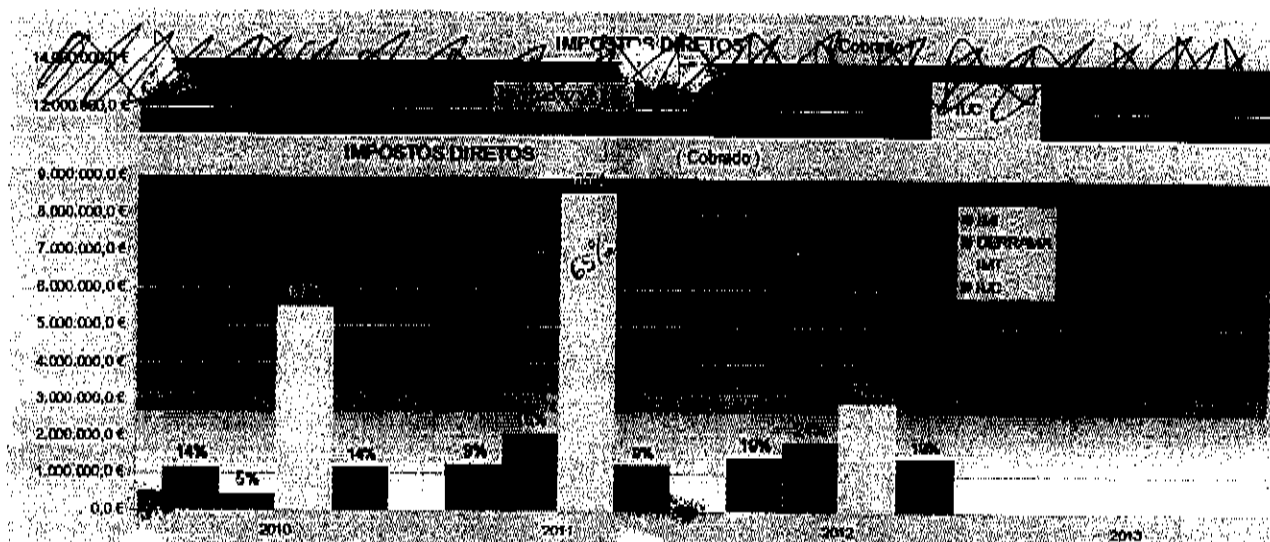
(m)





MAPA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

		ORÇAM 2012	EXEC 2012
01	<b>IMPOSTOS DIRETOS (total)</b>	<b>18.129.500,0 €</b>	
01.02.02	IMI	8.500.000,0 €	9.127.070,0 €
01.02.03	IUC	1.200.000,0 €	1.424.768,8 €
01.02.04	IMT	7.200.000,0 €	2.911.985,3 €
01.02.05	DERRAMA	1.200.000,0 €	1.853.014,8 €
	total.....	18.100.000,0 €	15.316.838,9 €



Também nos impostos diretos o irrealismo se verifica, neste caso por via da previsão de IMT. Só em 2007, antes da crise, o valor cobrado superou os 7,2 milhões previstos no orçamento. A realidade impôs-se uma vez mais e apenas se cobrou 2,9 milhões. Quem no seu juízo, previa a animação do mercado imobiliário na presente conjuntura?

Há ainda o facto apontado pelo auditor externo das contas:

*“o endividamento líquido do Município foi ultrapassado em 2.096.338,94 euros. este montante terá de ser reduzido durante o exercício de 2013 e seguintes em pelo menos 10%.”*

**Este é um orçamento tipo Vitor Gaspar, não há cola que cole estes orçamentos à realidade.**

Mas este orçamento levanta uma outra questão:

**quem falha as previsões para um ano, que capacidade tem para projetar o futuro?**

**Partido Social Democrata**  
**Grupo Municipal de Vila do Conde**

Doc. 1

alves h)

**Saneamento Financeiro Municipal**  
**Plano de Ajustamento e Saneamento Financeiro**

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e respectiva mesa

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal e ilustres Vereadores

Exmos. Srs. Deputados Municipais

Digníssimo Público

Senhoras e Senhores Jornalistas

Pretende o executivo camarário que esta Assembleia aprove o Plano de Ajustamento e Saneamento Financeiro e Contração de Empréstimo Financeiro de médio e longo prazo no valor de € 20.000.000,00 (vinte milhões de euros) com vista à integração de vários financiamentos antes contraídos.

Porém, de acordo com o ponto 9.8. da pág. 18 do Relatório de Prestação e Contas de 2012, a amortização do capital em dívida, de empréstimos a pagar, em 2013, é de (apenas) € 5.756.118,34 (cinco mil, setecentos e cinquenta e seis mil, cento e dezoito euros e trinta e quatro cêntimos) razão por que não pode o Grupo Municipal do PSD deixar de considerar este pedido de empréstimo muito exagerado.

Acresce que, no ponto 11.15 da pág. 22 do referido relatório, consta que, em 2012, o Município excedeu o limite de endividamento legal previsto na Lei das Finanças Locais em € 2.096.338,94 (dois milhões e noventa e seis mil, trezentos e trinta e oito euros e noventa e quatro cêntimos), donde resulta que a contração, em 2013, de um empréstimo no valor de 20 milhões irá fazer ultrapassar escandalosamente aquele limite legal.

Meus senhores, é só fazer as contas. E podemos fazê-las de duas maneiras: nos termos previstos na Lei das Finanças Locais, mais bondosa mas à luz da qual o município reconhece ter já ultrapassado em mais de 2 milhões de euros os limites legais, ou de acordo com as regras da boa gestão por que se regem as empresas e as famílias, à luz das quais as contas do município espelham um défice estrutural que é, neste momento, também ele conjuntural.

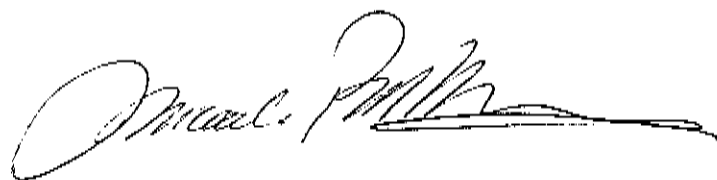
Estes vinte milhões de euros servirão, pois, para pagar não apenas € 5.756.118,34 afectos a empréstimos, mas também despesas correntes há muito em atraso.

Estas contas, meus senhores, já os bancos as fizeram, como facilmente se depreende dos altíssimos spreads propostos pela Caixa de Crédito Agrícola e Mútuo e pela Caixa Geral de Depósitos, spreads esses que são proporcionais ao risco de crédito do município que, neste momento é, já todos percebermos, elevadíssimo.

Ora, esta conta será paga pelos contribuintes, será paga por todos nós.

Não é este tipo de gestão que queremos para Vila do Conde e por isso esta proposta não vai colher a aprovação o Grupo Municipal do PSD.

03.05.2013

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Manuel Pimenta', with a long horizontal flourish extending to the right.

# CDU – Coligação Democrática Unitária

## PAF – Plano de Saneamento Financeiro e Contração de Empréstimo Financeiro de Médio e Longo Prazo

Alameda 21)  
Doc. 9

Após a Adesão ao PAEL (Programa de Apoio à Economia Local) para obtenção de um empréstimo de cerca de 11 milhões de euros (10.928M) para regularização de dívidas de curto prazo do município - *programa que durante 20 anos tutelar a financeira e economicamente a edilidade, condicionando o futuro dos seus cidadãos, actuando como autêntico pacto de agressão local* -, o que em Outubro, último, nos levou a qualificar tal programa de troika local, dada a cúmplice actuação de PS, PSD e CDS-PP,

*(como não bastando as consequências terríveis que, em consequência se farão abater sobre os vila-condenses, com cortes nos serviços a prestar pelo município e o aumento generalizado de taxas e impostos. Por 20 anos, repete-se),*

vem agora o executivo municipal apresentar nova proposta de contração de empréstimos. Desta vez, mais 20 milhões. Alegadamente, para proceder ao saneamento financeiro da Câmara, que a sua gestão errática e incompetente fez cair no estado de pré-falência com que se debate.

Não bastava, assim, o pacto de agressão nacional, a que se somou o local, resultante da adesão ao PAEL, é ainda proposta a esta Assembleia a submissão a mais uma canga – desta vez, imagine-se, por sugestão do governo, apesar da consideração de “*não estar o Município em desequilíbrio financeiro estrutural*”. Imagine-se o que seria se estivesse!

Em consequência do que é proposto, somando-se o PAEL, o serviço da dívida que rondava já, anualmente, o milhão de euros, mais que triplicará, durante anos consecutivos. É, aliás, consequência deste tipo de propostas e da necessidade de as pagar que só de 2012 para 2013, as receitas de IMI terão um aumento de 63%! Sendo que em 2014 serão de novo agravadas, com a passagem para taxa máxima!

Igualmente, em consequência destas propostas, o município procederá à Venda de Bens de Capital ao desbarato, dado atravessar-se uma altura em que as condições de mercado não são as mais favoráveis, incidindo sobre áreas sensíveis, caso das habitações sociais e da rede de abastecimento de água em alta.

Ainda em consequência de tais propostas, as transferências para as freguesias reduzir-se-ão mais ainda. Enquanto, as aquisições de Bens de Capital ou seja, o Investimento, passarão a partir de 2014 a ser de pouco mais de 10% das verbas de 2013.

E, isto se vier a cumprir-se, nos termos propostos, o famigerado Programa de Ajustamento, nomeadamente no que respeita à obtenção das receitas previstas – O que não acreditamos! –, bastando levar em consideração habituais fiascos em matéria de rigor financeiro, nomeadamente no que aos orçamentos respeita!

Já agora, alguém acredita que o município receberá em 2013 + 8% de Derrama que em 2002? Não? Pois, o executivo finge acreditar e é isso que inscreve no PAF, prevendo crescimento similar nos anos subsequentes. E, isto, apesar do encerramento crescente de empresas e da desaceleração económica com que vimos sendo confrontados.

Meus senhores:

O Programa de Ajustamento e Saneamento Financeiro, remetido a todos nós, merece uma análise séria, aprofundada e, sobretudo, mais atempada!

Análise que se vier a verificar-se em tais condições fará multiplicar, por muito, fundadas dúvidas quanto à sua aplicabilidade.

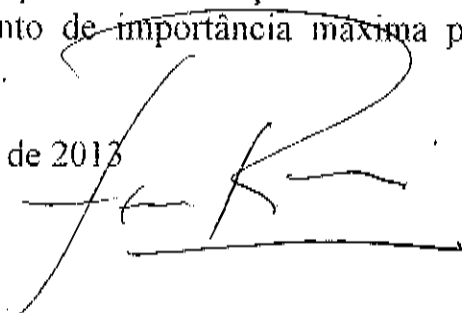
Isto, levando apenas em linha de conta o que nos foi facultado!

Pois, apesar do prometido a fls. 44 do documento distribuído, em suporte informático, está em falta uma relação de processos intentados contra o município (7) de que *“podem resultar significativo impacto financeiro e responsabilidades acrescidas”* para o mesmo. Como é expressamente referido.

E, é sem tal relação que – como que de cruz! – nos é proposto aprovar o PAF!

A CDU não votará favoravelmente o documento aqui trazido. Muito menos não estando na posse de tão importantes elementos. Entendendo que, quem o fizer nas presentes condições estará a emitir autêntico cheque em branco num assunto de importância máxima para o município e para os vilandenses.

3 de Maio de 2013

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized initial 'R' followed by a horizontal line and some smaller, less distinct characters.

# CDU – COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA

## Sessão da Assembleia de 3 de Maio de 2013

### Alínea c) do nº. 2 – Período da Ordem do Dia

*“Reconhecimento de relevante interesse público municipal da ampliação da unidade fabril da empresa “FRIGOAVE”, na Rua das Calçadas e na Rua de Abrantes, freguesia de Touguinha”*

### **Declaração de voto**

“A CDU vota negativamente a proposta trazida à Assembleia por considerar que com aquela se procura legitimar um ilícito (ampliação fabril, com construção em 2300 metros de zona de RAN);

Mais, a invocação do número de postos de trabalho (225 trabalhadores) do Grupo “FRICON, SA”, que integra a “FRIGOAVE”, por parte do Sr. Presidente de Câmara, atendendo à crise de emprego por que se passa, surge como forma de pressão inaceitável. Tal convicção, reforça-se mais, ainda, tendo em conta a informação, chegada até à CDU, de que, no final do mês de Abril, último, a empresa em causa havia até rescindido com a generalidade dos trabalhadores com contrato a prazo.

Como não bastando, a ampliação em causa (*apesar de solicitada, não foi indicada data da sua constatação nem, tão pouco, da do embargo municipal, mencionado pelo Sr. Presidente de Câmara*) não serviu sequer para criar mais postos de trabalho. Antes pelo contrário, tendo a mesma servido para uma racionalização de custos, nomeadamente com poupança de mão-de-obra.

Estamos, assim, perante um claro acto de favorecimento, de que resulta o premiar da empresa “FRIGOAVE” com a legalização de um ilícito consumado.

Razão do voto negativo e do protesto da CDU.”

Vila do Conde, 3 de Maio de 2013

# CDU – COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA

## Sessão da Assembleia de 3 de Maio de 2013

### Alínea h) do n.º 2 – Período da Ordem do Dia

**“Plano de Saneamento Financeiro e Contracção de Empréstimo de médio e longo prazo;**

### **Declaração de voto**

“A CDU, discordando da forma “apressada”, sem a análise séria e aprofundada que a presente proposta mereceria – dadas, inclusive, as consequências decorrentes dos encargos financeiros para o município e, sobretudo para os munícipes, que a sua aprovação não deixará de acarretar -, considera pouco credível este Plano de Ajustamento e Saneamento Financeiro, nomeadamente por entender que alguns pressupostos quanto à obtenção de receitas se encontram claramente inflacionados.

Mais grave: A CDU constata que – apesar de prometido a fls. 44 do referido Plano – não foi facultada aos membros da Assembleia uma relação de processos (7) intentados contra o município de que *“podem resultar significativo impacto financeiro e responsabilidades acrescidas”*.

Ora, apesar de tão importante omissão, a Mesa da Assembleia interpelada para tal ausência decidiu dar continuidade à discussão e à votação sem que nenhum dos deputados presentes (que se saiba!), mormente o eleito da CDU, tivesse conhecimento de elementos que *“de per se”*, pelas consequências do seu impacto, surgem como capazes de criar dificuldades acrescidas ao cumprimento do referido Plano de Ajustamento e Saneamento Financeiro.

Razão do voto negativo e do protesto da CDU.”

Vila do Conde, 3 de Maio de 2013